

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.686.534 - PB (2017/0178479-4)

RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES
RECORRENTE : NORFIL S/A FIACAO PARAIBANA DE ALGODAO
ADVOGADO : MARIO FORMIGA MACIEL FILHO - PB005339
RECORRIDO : ENERGISA PARAÍBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A
ADVOGADO : LUIZ FELIPE LINS DA SILVA E OUTRO(S) - PB164563A

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto por Norfil S.A. Fiação Paraibana de Algodão, com fulcro nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba assim ementado (e-STJ, fl. 426):

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA. TARIFA DE ENERGIA ELÉTRICA. PREJUDICIAL DE MÉRITO. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA. PRAZO DECENAL. DESACERTO DA DECISÃO RECORRIDA. PRECEDENTES DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. PROVIMENTO.

- Ao contrário do exposto na decisão recorrida, a matéria posta a exame encontra-se pacificada, submetida que foi ao rito do art. 543-C do Código de Processo Civil, quando, em sede do Recurso Especial nº 1.117.903/RS, firmou orientação de que é decenal o prazo prescricional das ações nas quais se busca a cobrança de tarifa por prestação de serviços de água e esgoto, estendendo às faturas de energia elétrica o mesmo entendimento.

Embargos de declaração rejeitados.

Em suas razões, a recorrente sustenta ofensa ao art. 535, II, do CPC/1973, ao argumento de omissão sobre pontos essenciais ao deslinde da controvérsia, em especial acerca de que, "[...] sendo certo que os valores cobrados derivam de dívida líquida emoldurada em instrumento escrito (contratos, com valores previamente liquidados lançados na inicial), e sendo a ação destinada à perseguição das cobranças relacionadas com a não aplicação das PORTARIAS DNAEE nas obrigações da apelada - por força de liminar que depois foi cassada e extinto o processo sem julgamento de mérito - ainda que emergindo de direito pessoal, sujeita-se ao prazo prescricional estabelecido pelo artigo 206, § 5º, I, do vigente Código Civil, que é de 05 (cinco) anos [...]" (e-STJ, fl. 489).

Com contrarrazões.

É o relatório.

Do detido exame dos autos constata-se inexistir a violação do comando normativo inserto no art. 535 do CPC/1973, na medida em que o acórdão proferido na origem manifestou-se satisfatoriamente sobre todos os aspectos fático-jurídicos relevantes e inerentes à controvérsia instaurada, inclusive as teses argumentativas deduzidas pelas partes.

Superior Tribunal de Justiça

Frise-se que o contraponto aos argumentos da parte não demanda citação literal de suas palavras ou dos mesmos dispositivos legais (ou de todos), bastando que haja argumentação fático-jurídica coerente e adstrita ao debate concernente à demanda judicial.

Outrossim, depreende-se dos autos que o acórdão recorrido destinou grande parte de sua fundamentação ao tema "prescrição", revelando-se as razões do recurso ora sob exame como verdadeira irrisignação com o entendimento aplicado e a pretensão de reforma por via transversa, sob a roupagem de supostas máculas no julgamento.

Desnecessário, portanto, qualquer complemento à fundamentação assentada pela Corte regional, ante a ausência de máculas na prestação jurisdicional, motivo pelo qual não se cogita de violação do disposto no art. 535 do CPC/1973.

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, IV, do CPC/2015, c/c o art. 255, § 4º, II, do RISTJ e na Súmula 568/STJ, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator